

Criação de novos estados

CORREIO BRAZILIENSE

depende de plebiscito

17 JUN 1987

A criação de cada um dos sete novos estados aprovados pela Comissão da Organização do Estado, ficará condicionada ao resultado do plebiscito para este fim a realizar-se nas áreas em causa: Tapajós, Maranhão do Sul, Tocantins, Santa Cruz e Triângulo Mineiro.

Os plebiscitos serão realizados pelos tribunais regionais eleitorais dos estados de onde serão desmembrados os futuros estados: Pará (Tapajós), Maranhão (Maranhão do Sul), Tocantins (Goiás), Santa Cruz (Bahia) e Minas Gerais (Triângulo Mineiro).

A transformação dos territórios de Roraima e Amapá em estados não está condicionada a plebiscito. A respeito, o anteprojeto aprovado (artigo 7 das Disposições Transitórias) diz apenas: "Os territórios federais de Roraima e Amapá são transformados em estados federados, mantidos os seus atuais limites geográficos". Parágrafo 1: "Lei complementar disporá sobre a organização e a instalação dos estados ora criados, inclusive sobre a eleição para governador, vice-governador, senadores, deputados federais e deputados estaduais". Parágrafo 2: "A União estabelecerá programas espe-

ciais de desenvolvimento, pelo prazo que a lei estabelecer, destinados a promover e consolidar o desenvolvimento dos estados mencionados no "caput" deste artigo".

TRIÂNGULO

Políticos e autoridades de 50 cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reunidos ontem em Araxá elegeram uma coordenação para o Movimento Pró-Criação do Estado do Triângulo. Otimistas com a derrubada do relatório desfavorável do senador José Richa na Comissão de Organização do Estado na Constituinte, os separatistas calculam que agora o Triângulo tem boas chances de se tornar independente e já falam em escolher Araxá, como a capital do futuro Estado. A idéia de emancipação do Triângulo é antiga, e ressurgiu de tempos em tempos, apesar dos esforços que o governo mineiro promove no sentido de integrar a região ao restante do Estado. Desta vez, foi recolocada em discussão pelo prefeito de Frutal, Celso Brito, e tem o apoio da maioria dos atuais mandatários eleitos pela região, inclusive do senador Ronan Tito (PMDB), o

mais votado nas últimas eleições.

SANTA CRUZ

Políticos baianos começaram a articular um movimento suprapartidário para evitar que a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte acolha a proposta de criação do Estado de Santa Cruz, já aprovada na Comissão de Organização do Estado. Pelo projeto, apresentado pelo deputado Fernando Gomes (PMDB-BA) o Estado de Santa Cruz seria formado com o desmembramento de 160 municípios das regiões Sul e Sudoeste da Bahia.

O deputado Waldeck Ornellas (PFL-BA), um dos principais articuladores do movimento, explicou ontem que o primeiro passo para evitar a criação do novo Estado será levar ao conhecimento de todos os membros da Comissão de Sistematização da Constituinte a posição contrária à divisão do território baiano dos diversos segmentos da sociedade do Estado.

Ontem, o governador Waldir Pires voltou a insistir, em entrevista, na defesa da integridade do território baiano, afirmando que a Bahia "é indivisível" e que vai lutar contra a proposta.